



O VIR-A-SER “MEDALHÃO”: estratégias e perspectivas de ação para o prestígio social pelo olhar machadiano

Rafael Lucas Santos da Silva – UNIOESTE
Prof.º Orientador Flavio Pereira – UNIOESTE

RESUMO: O objeto da presente pesquisa, o conto Teoria do medalhão (publicado em 1882), faz parte da imensa galeria de gêneros com os quais Machado de Assis trabalhou artisticamente, ao longo de 53 anos de percurso ininterruptos de produção literária. Visa-se explorar as relações entre literatura e sociedade a partir da análise do conto em questão, tendo como eixo teórico a posição metodológica de análise literária de Candido (1993). Trata-se da preposição de que os elementos históricos da sociedade são formalizados esteticamente, para assim criar uma estrutura narrativa na qual as implicações sociais não são estudadas como aspectos exteriores a obra, pois esta alcança autonomia própria e, assim, os elementos históricos só poderiam ser compreendidos na imanência da estrutura narrativa. À vista disso, infere-se que o conto Teoria do medalhão se organiza esteticamente a partir de dois elementos da vida social, política e econômica que caracterizam o cenário brasileiro no século XIX, a saber: o Patrimonialismo (FAORO, 1984) e a figura do Bacharel (FAORO, 1984; ADORNO, 1988). Acredita-se que a relevância de tal análise consiste no fato da obra expor que é necessário o estreitamento da consciência crítica daquele que pretende galgar na sociedade o prestígio social e, com isso, ser um medalhão.

PALAVRAS-CHAVE: Machado de Assis; Redução Estrutural; Patrimonialismo.

INTRODUÇÃO

O objeto de nossa pesquisa, o conto Teoria do medalhão (publicado em 1882), faz parte da imensa galeria de gêneros com os quais Machado de Assis trabalhou artisticamente, ao longo de 53 anos de percurso ininterruptos de produção literária. Não são poucas as construções ficcionais onde Machado de Assis explora a vulnerabilização das condutas individuais, expondo-as na sua esclerose ética, nos interesses demasiadamente egoístas e vaidosos, pois se o indivíduo é passivo ao se apropriar das formas simbólicas, torna-se inescrupuloso para usa-las a seu bel-prazer para alcançar o prestígio social. Nesse sentido, esclarece Faoro (2001) que a “obscuridade, o temor da obscuridade, o abismo da obscuridade é um dos motivos-chave de Machado, coerentemente com a concepção da sociedade como alma exterior, animada de glória e brilho” (FAORO, 2001, p. 542). Assim, a existência, que se traduz entre as graças da sociabilidade e gozar de condições materiais, revela a impossibilidade de integrar a sociedade sem afivelar firmemente uma máscara à consciência.

Para realizar a análise do conto *Teoria do Medalhão* no presente artigo, foi eleito como paradigma metodológico a proposta de Candido (1993) a respeito da *redução estrutural*:

Na verdade, o que interessa à análise literária é saber, neste caso, qual a função exercida pela realidade social historicamente localizada para constituir a estrutura da obra — isto é, um fenômeno que se poderia chamar de formalização ou *redução estrutural dos dados externos* (CANDIDO,



1993, p. 33, grifo nosso).

Essa perspectiva de análise consiste, pois, em buscar compreender como os elementos históricos da sociedade são formalizados esteticamente, para assim criar uma estrutura narrativa na qual as implicações sociais não são estudadas como aspectos exteriores e determinantes da obra, pois esta alcança autonomia própria e, desse modo, os elementos históricos só poderiam ser compreendidos na imanência da estrutura narrativa.

Dessa maneira, portanto, nossa hipótese é de que a coerência interna da narrativa do conto *Teoria do medalhão* é constituída a partir da *redução estrutural* de dois elementos da vida social, política e econômica que caracterizam o cenário brasileiro no século XIX, a saber: o Patrimonialismo (FAORO, 1984) e a figura do Bacharel (FAORO, 1984; ADORNO, 1988).

OS BACHARÉIS NAS MALHAS DO ESTAMENTO-BUROCRÁTICO

Conforme assinala o autor de *Os Donos do Poder*, sem que a administração patrimonial lograsse a racionalidade formal-legal que é a base da dominação governamental moderna, todo o quadro ministerial, conjuntamente com os servidores em exercício de seu funcionalismo, são grandemente "dependentes do tesouro da Coroa" (FAORO, 1984, p. 48), resultando, em última instância, em "uma burocracia de caráter aristocrático, com uma ética e um estilo de vida particularizados, impregnado do espírito pré-capitalista" (FAORO, 1984, p. 48). O ônus disso é que, ao permanecer em uma administração pré-capitalista, com predomínio absoluto de intervenções estatais, ocorre de o Estado se aparelhar "grau a grau, sempre que a necessidade sugere, com a organização político-administrativa, juridicamente pensada e escrita" (FAORO, 1984, p. 45).

Com isso, o quadro administrativo que já não se orientava por regras formais, de tipo racional-burocrático, permite o surgimento do estamento, que é, segundo Faoro (1984), filho legítimo do Estado patrimonial. Aspecto muito significativo do estamento é sua ávida ambição de apropriar-se das oportunidades econômicas que ingressam ao caixa da Coroa a partir de investimentos mercantis. A configuração do estamento afasta-se, pois, da absorção do poder pela economia, e até opõe-se insistentemente contra a incolumidade das liberdades do comércio, pelo aprisionamento das atividades econômicas, devido a acentuar, cada vez mais que possível, o papel interventor e diretor do Estado. De forma epigramática, Faoro (1984) resume esta configuração do estamento considerando perfeitamente nítido o fato de que "os estamentos governam, as classes negociam" (FAORO, 1984, p. 47).

A interpretação de Faoro (1984) põe de fato em relevo esse Estado patrimonial e estamental-burocrático como moldura do mundo social e político de Portugal. Presumivelmente, não foi pouca a atenção dispensada ao estudo da gênese da consolidação da monarquia portuguesa, com sua base no sistema político-administrativo, até os motivos de sua expansão ultramarina com o subsequente modo de colonização, tudo com vistas a evidenciar que o Brasil, "de terra a explorar, converte-se, em três séculos de assimilação, no herdeiro de uma longa história, em cujo seio pulsa a revolução de Avis e a corte de D. Manuel" (FAORO, 1984, p. 68). Com essa pletera de dados históricos, extraordinariamente rica em muitos matizes, Faoro (1984) salientou, com grande convicção, a ubiquidade e a longevidade da estrutura patrimonial, capaz até mesmo de ser transplantada para a colônia brasileira, implicando que esta se desenvolva sob semelhante sistema político-administrativo.

De D. João I a Getúlio Vargas, numa viagem de seis séculos, uma estrutura



político-social resistiu a todas as transformações fundamentais, aos desafios mais profundos, à travessia do oceano largo. O capitalismo politicamente orientado — o capitalismo político, ou o pré-capitalismo —, centro da aventura, da conquista e da colonização moldou a realidade estatal, sobrevivendo, e incorporando na sobrevivências, o capitalismo moderno, de índole industrial, racional na técnica e fundado na liberdade do indivíduo — liberdade de negociar, de contratar, de gerir a propriedade sob a garantia das instituições. A comunidade política conduz, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois, em linhas que demarcam gradualmente (FAORO, 1984, p. 732).

No todo, portanto, permanecerá no Brasil, como herança de Portugal, o sistema político-administrativo, isto é, o Estado patrimonial e o estamento-burocrático como uma camada organizada e definida politicamente por suas relações com o Estado. Faoro (1984) constata que, a partir da metade do século XVIII, consolida-se no Brasil o seu perfil patrimonial de Estado, devido ao fato de que "na exploração dos tributos e dos monopólios, se fixa, densa e ávida, impiedosa e insaciável, uma camada de exploradores, alimentada pela Coroa" (FAORO, 1984, p. 233).

Com efeito, ao consolidar esse perfil ao fim do século XVIII, impedindo que "a burguesia, com essa estrutura, agora acabada, [ganhe] sua emancipação" (FAORO, 1984, p. 66), acontecerá que seja feito o preenchimento das funções institucionalizadas do poder para que o estamento possa se preservar e, conseqüentemente, expandir seu poder, sendo que esse processo de cooptação do estamento alcançará grande força no século XIX. Como sugere Faoro (1984), é pelo impedimento da concretização da estrutura de classes, que se torna impossível dos súditos do século XIX saírem "das malhas dos enredos públicos" (FAORO, 1984, 58), permanecendo assim no perfil estamental-burocrático.

A possibilidade de se realizar este ingresso ocorre, principalmente, através do cargo público. Conquistá-lo será o fator decisivo. "O cargo público, a velha realidade do estamento, será o único foco de poder, poder que dá prestígio, enobrece, propicia e legitima a riqueza", explica Faoro (1984, p. 310). Não sem dificuldade, percebe-se como essa consideração de Faoro (1984) está estofada do instrumental sociológico de Max Weber. É dedicando-se a essa diferença das características do modo de agir da classe e o do estamento que Weber (1974) escreverá seu ensaio *Classe, estamento, partido*, no qual enfatizou que, na organização moderna de capitalismo racional, os interesses são determinados pelo mercado, estabelecendo como soberano aos membros da classe o fato de que "o poder se baseia na propriedade como impulso em ações no mercado" (WEBER, 1974, p. 216). Dessa maneira, o estamento, ou quem pretende nele ingressar, posiciona-se contrário a esse sucesso econômico conquistado exclusivamente por intermédio do mercado, pois quem faz essa recusa das "oportunidades de usar, em proveito próprio, bens e serviços no mercado, [...] não são, porém, uma 'classe'. São, antes, um 'estamento'" (WEBER, 1974, p. 214).

Conforme assinala o autor de *Classe, estamento, partido*, "os 'estamentos' se estratificam de acordo com os princípios de seu consumo de bens, representado por 'estilos de vida' especiais" (WEBER, 1974, p. 226). Semelhantemente, por conseguinte, Faoro (1984) reconhecerá que o estamento brasileiro, para permitir o ingresso em seu seio, não realiza "distinção entre o rico e o pobre, o proprietário e o homem sem bens" (FAORO, 1984, p. 318). Sem realizar essa distinção, o estamento envolveria quem pretendesse ingressá-lo em um domínio ideológico muito maior, a partir da determinação das expectativas de condutas por "valores: valores éticos, valores religiosos e principalmente valores políticos" (FAORO, 1993,



p. 16).

Assim, esse ingresso no estamento ocorre, principalmente, a partir do cargo público, posto que este congrega, reúne e domina a economia. Como muito bem percebeu Faoro (1984), no século XIX se instaurou uma "apaixonada caça ao emprego público" (FAORO, 1984, p. 390), o que é, com efeito, "a primeira consequência, a mais visível, da ordem burocrática, aristocrática no ápice" (FAORO, 1984, p. 390), do estamento. Essa ligação entre emprego público e a carreira política, como o percurso completo do caminho da nobilitação, será trilhado com maior facilidade pelos bacharéis. Haverá, assim, grande prestígio àqueles que se formam nas Universidades e obtenham o diploma; um prestígio como instrumento em que o estamento se expande e se sustenta. Em outras palavras, o anel e o diploma seriam presentes legítimos do estamento, porquanto

O bacharel, o pré-juiz, o pré-promotor, o pré-empregado, a véspera do deputado, senador e ministro, não criam a ordem social e política, mas são seu filho legítimo. O sistema prepara escolas para gerar letrados e bacharéis, necessários à burocracia, regulando a educação de acordo com suas exigências sociais (FAORO, 1984, p. 388).

Não há dúvida para os estudos sociais da importância do bacharel na configuração político-social brasileira. A nosso ver, trata-se de uma importante absolutização dos valores hegemônicos dessa instância superior, que rege, controla e regulamenta a sociedade e a economia — o estamento. A dominação patrimonial do estamento, que busca progressivamente a burocratização do aparato governamental, associa-se aos bacharéis, com vistas a utilizá-los como instrumentos administrativos, incidindo desse modo o controle das forças políticas aos interesses econômico-sociais. É esta uma associação nítida na história social brasileira, como esclareceu Adorno (1988) ao realizar seu estudo de caso sobre a Faculdade de Direito de São Paulo. Segundo o autor de *Os Aprendizes do Poder*, durante o século XIX, o Brasil erige o seu Estado como um imenso arquipélago de magistrados, na medida em que,

Operando no contexto de uma monarquia patrimonial, apropriaram-se os bacharéis das oportunidades de acesso e promoção nas carreiras diretas dos órgãos centrais e regionais de governo. Via de regra, os cargos do judiciário (juizes e carreiras afins à magistratura), no executivo (delegados de polícia, presidentes e secretários provinciais, ministros e conselheiros de Estado) e no legislativo foram predominantemente ocupados por bacharéis (ADORNO, 1988, p. 78).

Os bacharéis tornaram-se, assim, marcos culturais na sociedade brasileira. Como assinala o sociólogo Adorno (1988), isso é devido ao próprio propósito de instauração e organização dos cursos jurídicos e da vida acadêmica, visto que a formação acadêmica, em si, era o "imperativo político de se constituir quadros para o aparelho governamental e de exercer pertinaz controle sobre o processo de formação ideológica" (ADORNO, 1988, p. 88) dos bacharéis, os quais tornam-se, desse modo, dispostos à qualificação estamental. Possuir um diploma seria, em última instância, possuir a outorga de ambicionar os mais altos cumes da burocracia. Nesse aspecto, a integração social dos bacharéis na dinâmica política do século XIX é a subordinação ao Estado; um percurso de prestígio sócio-político que só pode ser completamente galgado inserindo-se no estilo de vida da camada dirigente do poder estamental; princípio e fim da condição de bacharel, determinados por um mecanismo já existente que



conjuga valores e convenções homogêneas, tornam-se, enfim, aqueles que promovem sua vitaliciedade.

A TEORIA *FINIS OPERANTIS* PARA TORNAR-SE MEDALHÃO

O conto Teoria do medalhão possui uma ação unívoca. Trata-se de um diálogo entre um pai e seu filho, esta última personagem é conhecida como Janjão, enquanto o pai não é nomeado nenhuma vez ao decorrer do diálogo. A questão nevrálgica do conto é, a rigor, a intenção do pai que, ao dialogar com o seu filho Janjão, o ensina a teoria para exercer o ofício de medalhão.

A teoria exposta pelo pai consiste, pois, em estratégias e perspectivas de ação para que o percurso trilhado pelo filho na vida pública lhe possibilite a conquista de prestígio e ascensão social, culminando em grande notabilidade pública. Ser medalhão será, justamente, alcançar uma prestigiosa notabilidade pública, que fará o filho Janjão se levantar “acima da obscuridade comum” (ASSIS, 2007, p. 83). Há, em primeiro lugar, o próprio fato de o pai ter sido condenado à obscuridade, o que é admitido com tristeza ao filho, logo quando lhe começa a expor o perfil do ofício de medalhão:

Ser medalhão foi o sonho da minha mocidade; faltaram-me, porém, as instruções de um pai, e acabo como vês, sem outra consolação e relevo moral, além das esperanças que deposito em ti. Ouve-me bem, meu querido filho, ouve-me e entende (ASSIS, 2007, p. 83).

A esperança que o pai deposita em seu filho Janjão é também temor de que este não logre êxito nessa empresa de tornar-se medalhão, são sentimentos justapostos, como dois lados de uma moeda. A tragédia de ter falhado em ser medalhão e a consequente condenação à obscuridade fazem o pai demonstrar em seu diálogo que está completamente ciente de que a vida social é uma realidade complexa; pois àqueles que obstinadamente pretendem conquistar a notabilidade pública, esbarram-se aos limites da contingência. Daí afirmar ao filho que “a vida, Janjão, é uma enorme loteria” (ASSIS, 2007, p. 83).

Nesse sentido, um fato extraordinário é, com efeito, o de receber conselhos que facilitarão lograr êxito nessa empresa de tornar-se medalhão. A importância de se receber conselhos, e que estes são dados a Janjão no dia de seu aniversário, quando se torna “definitivamente maior” (ASSIS, 2007, p. 90), induzem a considerar que são o melhor e mais importante presente que poderia receber. Porém, esses conselhos recebidos por Janjão não são um tributo familiar transmitido de geração em geração; é o próprio pai quem o diz ao admitir seu fracasso em tentar ser medalhão: “faltaram-me [...] as instruções de um pai” (ASSIS, 2007, p. 83), — e isso nos faz induzir que seu pai (o avô de Janjão) também não obteve notabilidade pública. Assim, somos levados a concluir que a origem da família de Janjão não é a fidalguia ou a nobreza aristocrática, nem que foram pertencentes ao estamento, dado que os conselhos recebidos por Janjão correspondem a modos de conduta: logo, o que o pai de Janjão não recebeu do próprio pai foram instruções de modelar-se às convenções implicadas nos valores da honra social do estamento; e que isso será justamente os conselhos com os quais presenteará Janjão, instruindo-o a como agir de modo a demonstrar possuir os mesmos valores pertencentes ao estamento.

Por isso, acreditamos que o pai de Janjão faz parte da “galeria burguesa de Machado de Assis [que] brota do chão, expande-se e se enriquece, mas não domina nem governa” (FAORO, 2001, p. 17). Em outras palavras, a origem familiar de Janjão logrou um êxito exclusivamente econômico, mas não possui o sentimento de honra, influência e prestígio do estamento, uma vez



que “o estamento impede, obscurece, denigre a classe, com suas riquezas” (FAORO, 2001, p. 16). O próprio modo como o pai principia seus conselhos põe em evidência esse dado; logo que ele e Janjão sentam-se para iniciar o diálogo, o pai salienta as condições atuais que permitirão a Janjão a promoção aos altos postos, sendo que a condição de Janjão, aos recentes 22 anos completados, é a de quem possui apólices, que lhe asseguram a boa posição econômica, além de um diploma de bacharel. Com isso, o pai argumenta que Janjão esta diante de “infinitas carreiras” (ASSIS, 2007, p. 82). Cita até mesmo algumas dessas carreiras que podem ser seguidas por Janjão; são carreiras “na imprensa, na lavoura, na indústria, no comércio, nas letras ou nas artes” (ASSIS, 2007, p. 82). Todas essas carreiras, bem entendido, referem-se à obtenção de salário, o que as relaciona ao mercado, no sentido do que se pode fixar em termos econômicos. Não é de modo algum sua intenção impor-lhe o destino de alguma dessas profissões, mas apenas que, “qualquer que seja a profissão da tua escolha, o meu desejo é que te faças grande e ilustre [...] que te levantes acima da obscuridade comum” (ASSIS, 2007, p. 82-83).

Contudo, as profissões podem ser infrutíferas e o pai não quer que as forças de engenho aplicadas por Janjão reduzam-se a séries causais vazias de possibilidades de conquistar a ascensão social. Assim, aconselha-o ser “de boa prática social acautelar um ofício para a hipótese de que os outros falhem, ou não indenizem suficientemente o esforço da nossa ambição. É isto o que te aconselho hoje, dia da tua maioridade” (ASSIS, 2007, p. 83).

Tal ofício é o de medalhão, cujas estratégias e perspectivas de ação para exercê-lo configura o núcleo estético do conto Teoria do medalhão. O feliz gozo de uma existência em que se possui notabilidade pública está subordinado à prática desses conselhos. A partir destes, evidencia-se que não é a profissão o responsável pela conquista da notabilidade, de que jamais a profissão que exige “o trabalho de todos os dias, suado e fatigante, com a poupança de real a real” (FAORO, 2001, p. 28) possibilitará conquistar uma prestigiosa notabilidade pública. Exatamente por isso, não importa ao pai qual profissão será escolhida por Janjão, desde que seu filho rumine bem os conselhos com os quais o presenteia, a fim de praticá-los o melhor possível e assim tornar-se um medalhão. Conforme o posicionamento metodológico de Candido (1993), é no núcleo da coerência estética que se encontram os fatores sociais, compreendidos como internos à obra literária.

A teorização de estratégias e perspectivas de ação para tornar-se medalhão é subsequente, pois, a uma concepção e observação empírica do pai do que significa ser medalhão; e para possuir significado foi preciso, portanto, reduzir estruturalmente elementos históricos, os quais tornaram-se internos à obra. Como são elementos internos, não há na concepção do pai do que significa ser medalhão nenhuma alusão mecânica a eles. Sendo assim, para compreender quais elementos históricos foram reduzidos estruturalmente, é preciso que a análise se conduza a partir da impressão de realidade comunicada pelo conto, a qual possui uma coerência que funciona como correlativa do que se manifestava historicamente na sociedade brasileira.

Portanto, a rigor, ao constatararmos que para o pai de Janjão não importa qual será a profissão escolhida pelo filho, devido a ter observado empiricamente que na sociedade em que vivem as profissões, com suas remunerações, não são as responsáveis pela conquista da notabilidade pública, percebe-se expresso nisso uma índole pré-capitalista, na medida em que a organização moderna de capitalismo racional os interesses individuais são determinados pelo mercado. Interesses determinados pelo mercado implicam, entre outros, a livre profissão. Ao longo de todo o diálogo entre Janjão e seu pai, este não o aconselha a utilizar em seu proveito bens e serviços do mercado para tornar-se medalhão.



Diante desse fato, em nossa análise podemos concluir que tornar-se medalhão não é a conquista do sucesso econômico. Com isso, o significado de ser medalhão como forma literária manifesta internamente a redução estrutural do Estado patrimonialista e estamental-burocrático brasileiro. O pai de Janjão, assim, configura exatamente a subordinação individual ao estamento. Vimos que embora o dinheiro não seja, em si, qualificação para o ingresso no luzido grupo do estamento, pode ele pelo modelo de educação conduzir o ingresso nessa camada. Sem pertencer a um estrato social economicamente desfavorecido, o pai de Janjão não quer que seu filho fracasse em tornar-se medalhão, por isso aconselha-o a viver ao mesmo estilo dos valores professados pelo estamento, pois só assim se levantará acima da obscuridade. E práticas com o intermédio do mercado estão excluídas de seus conselhos, uma vez que a partir de suas observações empíricas está ciente que elas estão fadadas ao fracasso. Dessa maneira, os conselhos do pai para Janjão tornar-se medalhão exprimem precisamente que

A ascensão social se desvia, no topo da pirâmide, num processo desorientador, com o ingresso no estamento. A ambição do rico comerciante, do opulento proprietário não será possuir bens, senão o afidalgamento, com o engaste na camada do estado-maior de domínio político (FAORO, 1984, p. 205).

É possível também concluir nos conselhos do pai de Janjão a necessidade do diploma de bacharel para realizar esse engaste no estamento. A sua referência à titulação de Janjão é meramente ornamental, destacando implicitamente o status social que é possuir um diploma de bacharel e conseqüentemente os infinitos benefícios em possui-lo. A referência ao diploma feita pelo pai também está atrelada às diversas profissões que o filho pode escolher, evidenciando exatamente os estudos de Adorno (1988), a respeito do fato de que possuir diploma no século XIX representava acima de tudo conquistar benefícios públicos.

Na perspectiva do nosso propósito de compreender o modo como se realizou a redução estrutural de elementos históricos da sociedade brasileira, temos uma importante menção a uma data histórica. Após o término do jantar, o pai em efusiva alegria pela comemoração da maioridade de seu filho Janjão evoca a partilha do tempo transcorrido até esse dia: “Há vinte e um anos, no dia 5 de agosto de 1854, vinhas tu à luz, um pirralho de nada, e está homem, longos bigodes, alguns namoros...” (ASSIS, 2007, p. 82). Assim, adquirimos conhecimento da marcação histórica do conto, pois se Janjão comemora 22 anos, significa que este diálogo entre ambos se faz no ano de 1876. Tendo em vista o propósito de análise colimado, essa marcação histórica não é nenhum pouco gratuita.

O decênio em que Janjão veio à luz é o mesmo em que a interpretação histórico-sociológica de Faoro (1984) constatou ocorrer o auge da centralização imperial das atividades político-administrativas. É, pois, ao fim do decênio de 1850 em que a política dá as mãos ao dinheiro, permitindo que o patrimonialismo e o estamento atinjam o clímax, com a centralização, o monarquismo sem contestações, a sociedade dominada pelo Estado, uma vez que

A intervenção do governo não se circunscreve às finanças e ao crédito. Ao contrário, desse centro ela se irradia sobre todas as atividades, comerciais, industriais e de melhoramentos públicos. O Estado autoriza o funcionamento das sociedades anônimas, contrata com os bancos, outorga privilégios, concede estradas de ferro e portos, assegura fornecimentos e garante juros (FAORO, 1984, p. 434).



Por aí se nota como o Estado patrimonial e estamental-burocrático pode ser compreendido na própria análise imanente do conto Teoria do medalhão. O pai de Janjão possui experiências pautadas em observações empíricas, o que significa que à falta de qualquer menção a serviços no mercado em seus conselhos, para o filho alçar-se acima da obscuridade, está intimamente atrelada a manifestação social do decênio de 1850, cuja importância é a expansão do poder no quadro de atribuições concentradas no estamento. Faoro (1984) alega que a partir desse decênio aumenta rigorosamente a oposição do Estado contra a liberdade do indivíduo e a liberdade das atividades econômicas. Um dos resultados dessa centralização governamental consiste no fato de que “os talentosos, cobiçosos do mando, se engastam na máquina política, trocando a agricultura e o comércio, a aventura industrial, pelo emprego público, que dá a glória e o poder” (FAORO, 1984, p. 329).

De fato, pelo que vimos do que significa a concepção do pai de Janjão sobre o que é ser medalhão, esses elementos históricos são vivificados em seus conselhos, ou melhor dito, constituem-se como responsáveis pela organização estética do conto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em *Dialética da malandragem*, Candido (1993) ao concluir sua interpretação do romance *Memória de um sargento de milícias* afirma que este é, com efeito, um romance “profundamente social, pois, não por ser documentário, mas [...] sobretudo porque dissolve o que há de sociologicamente essencial nos meandros da construção literária” (CANDIDO, 1993, p. 45). Destas mesmas palavras poderíamos lançar mão, pois, para nos referir ao conto *Teoria do medalhão*: profundamente social mesmo que não aluda mecanicamente a sociedade brasileira: pois o diálogo entre Janjão e seu pai é, com efeito, profundamente social uma vez que possui em seu núcleo estético, dando-lhe coerência na forma literária, dois elementos históricos sociologicamente fundamentais à configuração político-social brasileira. Em primeiro lugar, e principalmente, o perfil patrimonial e estamental do Estado brasileiro; e o outro elemento, intrínseco ao primeiro, são os bacharéis, como marcos culturais e como dispostos a qualificação estamental. Ao ponderarmos tais elementos como reduzidos estruturalmente para tomar corpo internamente como fator estético, certamente acreditamos que ambos foram “manipulados a fim de se tornarem aspectos de uma organização estética regida pelas próprias leis” (CANDIDO, 1993, p.09).

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. A Academia de Direito de São Paulo no projeto de construção do Estado nacional. In: _____. *Os Aprendizes do Poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 77-90.
- ASSIS, Machado de. A Teoria do Medalhão. In: _____. *50 Contos de Machado de Assis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CANDIDO, Antonio. Prefácio. In: _____. *O Discurso e a Cidade*. São Paulo: Duas cidades, 1993.
- _____. *Dialética da malandragem*. In: _____. *O Discurso e a Cidade*. São Paulo: Duas cidades, 1993.
- FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Globo, 2001.
- _____. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo,



1984.

WEBER, Max. Classe, Estamento, Partido. In: GERTH, Hans; MILLS, WRIGHT (Orgs). *Max Weber – Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974, p. 211-228.